

A GREVE É UM DIREITO E NÃO UM CRIME

O comp. Hermes Lima, falando em nome do Partido Socialista, pronunciou recentemente um discurso na Câmara Federal, do qual destacamos os seguintes trechos:

Mas, sr. presidente, greve é crime? Pergunto eu aos srs. deputados se a greve está capitulada como crime neste país. Ao contrário disso, a greve é um direito assegurado pela Constituição. Diz-se que será regulamentado o exercício desse direito. Mas as autoridades — sobretudo a Polícia na sua interpretação peculiar da Constituição, — vão mais longe: elas não consideram que se trate do exercício do direito de greve que a Constituição manda que se regulamente: o que elas consideram é que não se pode fazer greve. Que a greve em si mesma é um ato subversivo, representa um desafio, um ato pelo qual se põe, desde logo e imediatamente, em perigo o estabelecimento das instituições.

Dejo chamar a atenção da Casa para o preconceito das autoridades administrativas contra o direito de greve que está assegurado na Constituição.

E' um preconceito, sr. presidente, que não faz honra nem à consciência, nem ao sentimento democrático das autoridades. E' um preconceito que evidencia o que eu, por mais de uma vez, tenho dito desta tribuna — o medo do povo que os governos deste país possuem, sempre que o povo se organiza para apresentar suas reivindicações e defender seus direitos. Um dos traços mais profundos da vida brasileira é o medo do povo. O medo do povo sr. presidente, não é uma novidade na vida política do mundo. Não é uma invenção nacional, sem

dúvida, mas é característica dos regimes de opressão, é característica dos regimes que têm medo das reivindicações que, em nome da Justiça e do Direito, os oprimidos possam fazer".

DUAS CONSTITUIÇÕES

O SR. NELSON CARNEIRO — V. excia. note o seguinte: exatamente depois que figura na Carta Constitucional o direito de greve é que se não permite no Brasil nem greve de estudantes. O que se está, no Brasil, a desprestigar é, de fato, a Carta Magna. Ontem, o nobre deputado sr. Raul Pila dizia: existem duas Constituições: uma que votamos e outra que o governo cria e cumpre. E' exatamente o que acontece no caso das violências referidas por v. excia. O governo cumpre a segunda Constituição que pensa existir.

O SR. HERMES LIMA — Agradeço ao nobre deputado o aparte com que corrobora as minhas afirmações.

Mas o caso do "Cortume Carioca" é caso que devemos analisar a frio.

(Continúa na 6.a pag.)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedrosa d'Horla
Gerente:
Fébus Gikavote

ANO II - 15 DE SETEMBRO DE 1949 - N.º 35
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

O SIGNIFICADO DA Convenção de Outubro

A próxima convenção nacional do Partido Socialista, a ser realizada em outubro, no Rio de Janeiro, é, sem dúvida, o acontecimento mais importante de nossa vida partidária. E' o terceiro marco significativo na história de nosso desenvolvimento. O manifesto de agosto e a 1.ª convenção nacional marcaram

as duas etapas anteriores. A 1.ª convenção nacional deu-nos o programa partidário que, três anos decorridos, não exige modificação alguma. Existem, entretanto, numerosas questões de ordem teórica e prática, que não foram formuladas explicitamente pelo nosso programa, e sobre as quais a próxima convenção se deverá pronunciar. Essas questões, mais de uma vez, vieram à baila, suscitaram discussões, às vezes acaloradas, discussões e divergências que até hoje não foram ainda solucionadas.

Um traço de uma peculiaridade esta ou aquela seção do Partido tomou posições que, na falta de um pronunciamento mais claro, em escala nacional, não representavam o pensamento do Partido como um todo. As divergências, umas latentes e outras mais ou menos claramente formuladas por militantes ou organismos partidários, desempenharam papel positivo no sentido de levantar a discussão de problemas de importância vital para o partido. Mas, mais cedo ou mais tarde, deverão ser solucionadas em escala nacional, sob pena de se transformarem em forças centrifugas, desagregado-

ras e ameaçadoras da unidade e integridade do Partido Socialista. Acreditamos mesmo que já chegamos a este ponto crítico. Assim, a próxima convenção nacional poderá e deverá elaborar as conclusões das discussões travadas há muito tempo em torno de problemas controvertidos e estabelecer uma unidade ideológica neste terreno.

Os problemas são múltiplos e a ordem do dia da convenção nacional os enumera. Vejamos os mais importantes. Destaca-se, em primeiro lugar, a questão da posição dos socialistas em face da situação internacional. A nosso ver, a tarefa fundamental da convenção consiste em firmar de maneira clara e inofensível a posição própria e independente dos socialistas como terceira força. E isso será possível, através de uma crítica cerada da natureza e dos desígnios dos regimes capitalista e comunista-totalitário. Não se pode esconder o fato de que existem em nosso meio tendências mais ou menos claras pró-americanas e pró-russas. Exteriorizam-se frequentemente a propósito do falso dilema — ao lado da Rússia ou dos Estados Unidos,

(Continúa na 6.a pag.)

A greve da leite

RIO — Estamos às vésperas — se Deus não mandar o contrário — de uma calamidade pública, racionalmente evitável e de cuja prevenção desencadeada por um grupo de detentores da riqueza e dos

meios de produção. E parece que até agora poucos tomaram conhecimento dessa ameaça, ou pelo menos de sua significação e da extensão das consequências que produziria a sua efetivação. No momento em que é escrito este comentário ainda não se conhece uma reação eficiente, ao menos por palavras, dos poderes competentes, em face do desafio dos órgãos representativos dos produtores de leite, que anunciam o seu propósito de suspender o fornecimento, no Rio, em São Paulo e outros Estados vizinhos, caso não obtenham o aumento dos preços.

A Câmara do Distrito Federal, por minha provocação, deu o grito de alerta, como o fez também a Assembléia de São Paulo.

Não terão ainda os poderes responsáveis atentado no que significa esse gesto nem nos efeitos calamitosos da efetivação da ameaça? Os termos do desafio são claros, duros, petulantes, desumanos. Se não se concede a majoração dos preços, não haverá uma gota do leite para o povo. E' a "greve" dos libéres? Não. A greve dos detentores dessa riqueza. Uma espécie de "lock-out".

(Continúa na 4.a pag.)

A farsa do descanso semanal remunerado

Se os trabalhadores querem ter um exemplo concreto do caráter anti-operário da Regulamentação do Repouso Semanal Remunerado, leiam com atenção o raciocínio abaixo:

1) Para os efeitos da legislação do trabalho e das contribuições e benefícios da previdência social, o patrão não pagava o domingo, isto é, o repouso semanal; não indenizava, em caso de dispensa, na base do mês de 30 dias, mas apenas de 25 diárias.

Por outro lado, calculando-se a contribuição de previdência e benefício pelo divisor 25 e não pelo 30, o operário entregava aos institutos e caixas maior contribuição, recebia um desconto mais elevado sobre o seu salário. Ganhavam os patrões, lucravam os institutos.

2) Vem a Constituição de 1946 e estabelece o repouso semanal remunerado. Decreta o Congresso a lei correspondente. E' baixado o respectivo Regulamento, quase três anos depois da promulgação constitucional. E no final das contas, o trabalhador saiu vítima de um "conto do vigário". Ganhou o repouso semanal remunerado, mas viu reduzido o seu salário diário.

E porque?
3) O art. 13.º da Regulamentação diz que "Para os

efeitos da legislação do trabalho e das contribuições e benefícios da previdência social, passará a ser calculado na base de trinta dias ou duzentas e quarenta horas o mês que, anteriormente, era na base de vinte e cinco dias ou duzentas horas".

Isto quer dizer que o salário mensal atual, soma de 25 diárias de trabalho, o patrão calculará na nova diária dividindo-o por 30.

Suponhamos que um operário faça Cr\$ 2.500,00 cruzeiros mensais ou 25 diárias de Cr\$ 100,00. As relações econômicas estabelecidas determinaram portanto que o seu trabalho diário vale Cr. \$... 100,00. Para que ele efetivamente ganhasse o repouso semanal era preciso e lógico que recebesse o domingo à razão da diária estabelecida: portanto, Cr\$ 100,00. Isto equivaleria, muito justamente, a um aumento de Cr\$ 400,00 ou Cr\$ 500,00 sobre o seu salário mensal atual. Somente assim ele estaria ganhando o repouso semanal!

Tal como está na lei ele "ganha" o repouso semanal, mas a custa de si mesmo, de seu próprio trabalho, e não à custa das benemerências do Estado nem tampouco do patrão. Realmente ele foi tapado. O objetivo do repouso semanal remunerado é garantir-lhe o descanso à custa do patrão, que ele enriquece. Se

(Continúa na 6.a pag.)



SOCIALISMO e COMUNISMO

"Os socialistas estão dispostos a colaborar com qualquer governo realmente democrático, embora não socialista, pois, em um regime desses a idéia socialista pode afirmar-se e triunfar. Nesses casos, o governo serve à coletividade. Não podemos, no entanto, colaborar com um governo comunista do tipo conhecido, pois faltam-lhe aquela base e aquele espírito democrático, dos quais o socialismo não se pode afastar. O socialismo repousa numa base internacional, isto é, favorece uma estreita colaboração entre todos os povos para a realização da reforma democrática que deverá melhorar, espiritual e materialmente, as condições de vida da humanidade. O comunismo, em sua atual manifestação, opera, ao contrário disso, nos confines de um só país e o faz não para a vitória de um ideal democrático e humano, mas para subjugar um povo a uma ditadura que oprime e nega todas as liberdades".

Saragat (citado por Neiva Moreira)

O SOCIALISMO E A LIBERDADE

Ettore Bonardi, membro do Partido Comunista Italiano, expulso por haver participado de uma reunião de crítica e por ter escrito um livro de livre crítica ao P. C. I., enviava há algum tempo, a seguinte carta a diversos jornais italianos:

"Ao passo que os dirigentes do P. C. I. afirmam o dever e a necessidade da auto-crítica para desenvolver e fortalecer o Partido, de fato, não fazem, nem permitem que se faça nem uma nem outra coisa; os companheiros sustentam que se as coisas vão mal, não se deve fazer crítica, porque com esta semeia-se entre os camaradas e simpatizantes a desconfiança e o pessimismo no tocante às relações do Partido com os seus dirigentes. Segundo o modo de agir dos dirigentes e a opinião dos companheiros de base, se um organismo perde as suas forças porque está doente, para não agravar seu estado, e fazê-lo curar-se, é preciso dizer que está bem. Dizendo que tudo vai bem e evitando toda crítica, o P. C. I., nos últimos dois anos, colecionou uma série de insucessos que culminaram no 18 de abril. Ninguém se deve iludir com o aparente refêrço que o partido obteve com as eleições, porque tal refêrço foi prejudicado por seus aliados e por todo o alinhamento de esquerda, que dele saiu enfraquecido.

De todos os objetivos imediatos que o P. C. I. se havia proposto depois da libertação, somente o da república foi atingido. Todos os outros fracassaram: Colaboração com todos os partidos democráticos, fusão com o P. S. I., Conselhos de gestão, os vários reformos, a Frente democrática, a unidade sindical.

O PSB e a situação nacional

(Conclusão da 5.ª pág.)

ças fascistas, em prejuízo da ação dos socialistas pelo fortalecimento do regime democrático.

O mesmo critério se aplica ao Partido de Representação Popular.

3. O caráter nacional de que se reveste a ação do Partido Social Democrático no sentido de cercar o movimento operário, coloca-o em posições antagônicas às defendidas pelo Partido Socialista. Daí ser de todo necessária a oposição manifestada do P. S. B. ao partido do governo. As conveniências político-eleitorais momentâneas não devem levar os socialistas a se colocarem ao lado daqueles que são os autores de todas as medidas antidemocráticas votadas pelo Parlamento e cujo governo se tem embebedado na repressão às liberdades.

Essas posições não implicam em apoio irrestrito e incondicional à União Democrática Nacional. É preciso que os socialistas não percam nunca de vista que os diferentes interesses regionais defendidos pela UDN colocam muitas vezes no mesmo plano do P. S. D. Assim, o apoio crítico dos socialistas à UDN, visando o reforçamento da democracia, somente deverá ser efetivado naqueles lugares onde ela representa, realmente, a ala liberal da burguesia.

4. Ao lado do reforçamento das franquias democráticas, que deve ser feito através de uma ação que não se confunda com a posição de defesa da legalidade pura e simples, tal

Deve-se ter presente que em todas as batalhas em que se empenhou, o P. C. I. nunca se bateu por um sucesso, mas sempre pela vitória, como lhe davam direito a força e o prestígio que conquistara na guerra de libertação.

A liberdade de discussão e de crítica no seio do P. C. I. restringe-se às seções. Se é levada um grau acima, não se responde às críticas com argumentos, e sim com o costume: "Então não está de acordo com a linha do partido?" É inútil acrescentar mais. Quando, nas reuniões de ativistas, intervm um membro de autoridade, somente ele fala, ou toma a palavra somente no fim dos debates, e fecha-se a discussão, de modo a impedir que qualquer companheiro possa fazer críticas na sua presença. E assim tudo acaba sempre bem.

Se um companheiro não está na "linha", retira-se-lhe o caderneta com um protesto qualquer ou se faz tudo para impedir que vauha a ser delegado ao Congresso. Viola-se o estatuto, subverte-se a ordem do dia, dá-se sumiço a atas para impedir que prevaleçam seus argumentos.

Aos Congressos do P. C. I. se deve ir somente para aprovar e não para criticar. Se um companheiro escreve um livro que trata de questões políticas e o manda aos dirigentes, para que o examinem antes da publicação, não terá nunca uma resposta. Depois de seis meses de havê-lo publicado é expulso por indignidade política. So um grupo de companheiros impedidos de falar livremente no seio do Partido, convoca uma "Reunião Crítica" para discutir a política do Partido, são ex-

pulsos por traição.

Tais métodos trazem como consequência o funcionalismo, o nepotismo, a idolatria pelos chefes e a impossibilidade de desenvolver em regime democrático uma ação política eficaz. Tudo isso não são tagarelances, mas fatos que os companheiros conscientes podem constatar e que foram mostrados e denunciados publicamente na "Reunião Crítica" (do qual saiu um "Movimento crítico" que não quer fração nem cisão, mas apenas liberdade de discussão no seio do Partido Comunista), realizado em Roma a 29 de agosto passado.

Nós não aceitamos a expulsão mas pedimos um Congresso verdadeiramente "democrático", no qual se possa discutir livremente toda a política do Partido, sem sermos por acusados de sabotadores e traidores: com livres discussões na imprensa do partido entre a direção e os seus críticos, com eleições sempre por voto secreto e com a eliminação por sempre das votações por unanimidade e por mão aguida. Nem mesmo Lenine teve algum dia votação por unanimidade ou por aclamação, e muitas vezes encontrou-se em minoria.

Quando alguém entra para uma organização deve respeitar o estatuto, mas essa obrigação é igual para todos, tanto para os que se encontram no alto como para os que estão em baixo. Os dirigentes comunistas, que pedam sempre ao governo respeito à constituição, comecem por dar o exemplo, respeitando e fazendo respeitar seu estatuto.

Não deve haver dois pesos e duas medidas, não deve haver no partido servos e patrões; na Itália foi assim durante mais de vinte anos e os italianos acabaram mal. Com este método o P. C. I., não venceu, com os seus aliados, as eleições de 2 de junho, e no dia 18 de abril perdeu um milhão e meio de votos na Alta Itália, onde se compreende melhor as coisas; fe: tamper a frente, e a unidade sindical, e deu de presente a vitória aos democratas cristãos. Não foram os críticos que contribuíram para esses resultados, e sim a direção com os seus métodos e sua política errada.

Nós e todos os que foram expulsos arbitrariamente, não aceitamos a expulsão porque a convocação da "Reunião" não foi mais do que a consequência de contínuas violações dos estatutos, por parte dos vários órgãos dirigentes. Só aceitaremos a expulsão ditada por um Congresso democrático, convocado segundo as normas dos estatutos, e que modifique os atuais estatutos, estatutando além dos demais normas, os seguintes pontos:

1) A linha política do partido é estabelecida pela direção e todos devem aceitá-la sem discussões;

2) Todos os votos para os Congressos provinciais e nacionais devem ser feitos por unanimidade e por aclamação;

3) Para tal fim é necessário impedir de todos os modos que nas sessões possam ser eleitos delegados companheiros que pretendam fazer críticas à ação da direção;

4) É inútil que os companheiros escrevam livros tratando de questões políticas sem ordem expressa da direção, a qual não examinará nenhum trabalho que não seja escrito por encomenda.

5) Os companheiros que osuarem publicar livros que tratem de questões políticas, sem a necessária autorização, serão expulsos por indignidade política.

Enquanto o P. C. I. não tiver um estatuto semelhante, nós nos consideraremos militantes.

Deve ficar bem claro para todos os comunistas, mas especialmente para aqueles que têm no partido

(Continua na pág. 6)

Vamos trabalhar srs. vereadores

(Conclusão da 8.ª pág.)

preparo algum e sem conhecimentos ocupam lugares de destaque nas repartições públicas e autarquias, anarquizando ainda mais o já deficientemente aparelhamento de nossa administração e de nossos serviços. Isso tudo acontece com grave prejuízo para o público que já se alimenta mal, não tem onde morar e ainda por desgraça não possui condução à altura. Falta de material não é, pois existem bairros, os chamados bairros chics, em que a maioria de seus habitantes possuem luxuosas limousines, servidos com eficiência pela C.M.T.C. E' comum onibus trafegarem com lotação mínima em demanda dos bairros do Jardim Amé-

rica, Alta Pinheiros, Jardim Paulista, Perdizes, etc.

Bairros operários, assim como a Lapa, Agua Branca, Freguezia do Ó, etc., e satélites, são servidos por um número infimo de onibus, todos velhos e em máu estado de conservação. E os horários? Esses não existem!

Queremos lembrar aos senhores vereadores, que os votos conseguidos nos bairros operários, foram dados em confiança... Vamos trabalhar senhores vereadores, para que as promessas sejam cumpridas, especialmente com a população da Lapa, Agua Branca e Freguezia do Ó, os bairros mais sacrificados.

WALTER KRUMPOS

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 — SAO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46
2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209
11.º andar - Salas 1.104-6-8-10
Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303
R. CONS. CRISPINIANO, 79
5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502
R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º
SAO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138
3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.
Tel.: 2-0168

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO
RAIOS X

Dr. Pericles Maciel

MEDICO

Consultorio: Benjamin Constant 61, 8.º
Telefone: 2-8555

Residência: Al. Rocha Azevedo, 1052
Telefona: 8-7458

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMÊMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduado)

Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SAO PAULO

TRIBUNA DE DISCUSSÃO SOCIALISTA

O P. S. B. E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Objecções à tese do comp.
Hermes Lima

I — Não parece inteiramente certo afirmar-se que "... Estados Unidos e Rússia são os dois polos, os dois pontos de referência da política internacional do presente".

Esses dois países são, sem dúvida, as duas grandes potências que sobram da última guerra, e que podem disputar o domínio do mundo, como impérios.

Entretanto, seria inconcebível que um partido socialista deixasse de considerar um outro "polo", um outro "ponto de referência" existente no panorama internacional — a saber, o movimento operário e socialista independente.

Esse "polo" ou "ponto de referência" configura-se nas organizações socialistas espalhadas pelo mundo inteiro, no movimento sindical independente que vai ganhando novas forças, no governo trabalhista inglês, nos governos e nos representantes socialistas que integram os governos de numerosos outros países. A fixação dessa premissa é

importante, porque dela deriva uma análise da situação internacional inteiramente diversa da apresentada pelo companheiro Hermes Lima, inclusive nas conclusões propostas em seu relatório.

II — Igualmente inaceitável é a explicação de todo o antagonismo russo-americano, pelo simples fato do surgimento da bomba atômica, de cuja fabricação têm os americanos o monopólio do segredo. Isso equivaleria a admitir que uma vez cheguem os russos a fabricar a bomba — o que parece ser questão apenas de tempo — voltará a reinar o mar de rosas dos acordos de Yalta e Potsdam. Na verdade, a bomba é uma arma na luta entre os dois grandes, mas com certeza não foi ela que provocou o antagonismo entre os mesmos. A competição russo-americana assenta-se na circunstância de que tanto a Rússia — capitalismo de Estado — como a América — capitalismo privado — movem-se por um dinâmica imperialista.

(Continúa na 4.a pag.)

RELATÓRIO DO COMP. ANTONIO CANDIDO À CONVENÇÃO DE SÃO PAULO

O presente trabalho, de que fui encarregado pela Comissão Executiva Estadual, constitui simples contribuição que, devidamente modificada após os debates, deverá valer como sugestão a ser incorporada às das outras Comissões Estaduais e ao relatório da Comissão Nacional, afim de que a Convenção Nacional elabore o documento definitivo sobre o assunto.

1. O pensamento da Comissão Estadual de São Paulo relativo ao tema presente, já tem ficado expresso em várias oportunidades, de maneira direta ou indireta, como foi o caso das teses aprovadas em Santos, no mês de junho de 1945, sobre a nossa atitude em face do Partido Comunista do Brasil. Dizia-se ali que, não reconhecendo no capitalismo de estado da URSS uma expressão do socialismo, por ele deformado, não reconhecia validade socialista à política soviética. Dizia-se, outrossim que o capitalismo burguês internacional, representado sobretudo pelos Estados Unidos, constituía ameaça permanente ao desenvolvimento da nossa democracia, pela interferência aberta da sua política econômica e financeira em nossa vida. Em vista disso, os socialistas repudiavam ambas as formas de exploração do trabalho humano, recusando tomar partido na luta esboçada entre elas.

2. Nos quatorze meses decorridos, intensificou-se essa luta, com progressos e regressos de ambos os lados. Ambos os lados porfiriam na corrida armamentista (disfarçando-a cada um à sua maneira) e na expansão das zonas de influência e posições estratégicas. Notaram-se as primeiras reações positivas contra a tutela absorvente da URSS, como a espetacular dissidência de Tito e a fragorosa derrota dos comunistas nas recentes eleições alemãs. Por outro lado, a ofensiva comunista na China atingiu grandes proporções, criando realmente o problema da expansão mundial efetiva do totalitarismo russo.

Os países chamados democráticos prosseguiram a política tradicional de agressão e opressão, como é o caso da ofensiva holandesa contra a República Indonésia, violando uma trégua patrocinada pela ONU, ou da repressão pela França das reivindicações nacionais indo-chinesas. Os dois lados continuam, portanto, na política imperialista e guerreira.

3. O problema da paz-se coloca assim de forma aguda para os socialistas e democratas pacifistas, aos quais incumbe a tarefa difícil e, quiçá pouco esperanças, de defender ideologicamente o proletariado e o povo em geral contra as negações e camuflagens dos dois blocos guerreiros. A questão se colocou, e ainda se coloca, a propósito dos chamados pactos regionais de segurança mútua, como o do Pacífico, etc. A URSS deseja a paz enquanto não se encontra preparada para a grande cartada final; as potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, preparam-se para a luta por meio de empréstimos e alianças militares, graças aos quais o capitalismo norte-americano vai armando

os países europeus como tropas de choque da sua eventual arrancada. Assim, pois, é necessário que os socialistas concretizem um programa de luta pela paz, afim de prepararem ideologicamente o povo para discriminar os pacifistas de ocasião e os fazedores de pactos guerreiros.

4. Afastadas as ilusões de uma escolha entre os dois blocos, escolha que continua sendo não apenas desnecessária como pernicioso num país como o nosso, o maior problema para o Partido Socialista Brasileiro é o das perspectivas históricas desta posição. Haverá alguma perspectiva para a razão e o humanismo, que é nossa tarefa preservar para a futura sociedade socialista, em face dos dois blocos tenebrosos em que se defrontam a tradicional vilania capitalista burguesa e a nova mística do totalitarismo moscovita?

Inicialmente, é preciso acentuar que a posição socialista não constitui neutralidade entre ambos — o que não passaria de demissão covarde — mas de hostilidade permanente contra ambos, justamente afim de preservar a nega de razão que coa entre eles como a única esperança do futuro. Releva, em seguida, afirmar que influir nos acontecimentos é dever de todo socialista, pela palavra e pelo ato. Influir nos acontecimentos é, por exemplo, mostrá-los ao proletariado à sua verdadeira luz, usando todos os meios ao nosso alcance para que prevaleça a verdade contra a propaganda poderosa dos fazedores de guerra, traidores decausa socialista ou costumes da opressão burguesa. Ainda que não tivéssemos outro recurso qualquer, haveria este para podermos influir nos acontecimentos internacionais por meio da orientação das suas repercussões nacionais.

(Continúa na 4.a pag.)

PROGRIDE A JUVENTUDE SOCIALISTA ALEMÃ

No número de junho do IUSY SURVEY, boletim da União Internacional das Juventudes Socialistas, há dois artigos sobre a juventude socialista alemã e a situação do socialismo, em geral, na Alemanha.

A juventude socialista alemã compreende duas organizações: os "Falcões Vermelhos", que agrupam os jovens socialistas de menos de 20 anos, e a "Jungsozialisten", que reúne os elementos de 20 a 35 anos, filiados ao Partido Social-Democrata.

Já no verão de 1945, organizaram-se os primeiros grupos de jovens socialistas em várias cidades alemãs, formados por antigos membros da Juventude Socialista Operária de antes de 1933. Tiveram de enfrentar a má vontade do governo aliado de ocupação, que tentou proibir a denominação de "juventude socialista". Em 1947, os "Falcões" realizaram um Acampamento com 51.000 membros. Contam hoje com 95.689 membros. Nos primeiros dias

de após-guerra, desenvolveram grande atividade esportiva e de diversões entre as crianças e jovens aniquilados pela guerra, concentrado-se em seguida no trabalho educacional. Politicamente, também, são muito ativos. Ainda durante a greve dos ferroviários berlinenses, foi preso pelos russos, junto com outros "falcões", o camarada Heinz Westphal, líder dos "falcões" de Berlim, e membro do bureau da IUSY.

Até hoje ainda é grande a influência da ideologia nazista e guerreira sobre alguns setores da juventude alemã. As forças de ocupação são absolutamente ineficientes para a destruir. Trata-se de uma tarefa específica dos socialistas alemães, apoiados pelo socialismo internacional. As tendências para colocar as relações internacionais em termos de poder, rapina e força bruta são fortalecidas aos olhos do povo alemão pela atitude de certos "democratas" e "socialistas" em face do problema alemão. Eis porque devem os socialistas alemães

contar com todo nosso interesse e nossa solidariedade na luta por uma Alemanha socialista e democrática, peça indispensável de uma Europa democrática e socialista.

V. F. M.

A "DEMOCRACIA" GREGA

N. R. — O artigo que publicamos abaixo, foi traduzido do jornal TRIBUNE, de Londres, e mostra, de maneira bem clara, o caráter reacionário do governo grego. TRIBUNE, publicação semanal, situa-se à esquerda da atual orientação do governo trabalhista, sem entretanto confundir suas posições com a dos comunistas ingleses. Até certo ponto, representa o pensamento da ala esquerda do Labour Party, a qual, segundo o noticiário do último congresso trabalhista, viu reforçadas suas posições no seio dos trabalhistas ingleses.

— X —

Em 8 de agosto, o Conselho da Europa decidiu aceitar a Grécia como membro do Comitê das Nações Democráticas da Europa Ocidental. No

mesmo dia, um processo político tinha início na Grécia, zombando das intenções democráticas do seu governo.

O réu nesse processo é George Carandjas, até há pouco diretor de "I Makhi", órgão central do Partido Socialista Grego. Carandjas tem de enfrentar a corte marcial em Atenas porque, há 18 meses aproximadamente, "I Makhi", publicou um artigo protestando contra as execuções em massa dos prisioneiros políticos.

Para compreender esse protesto — e o processo — é necessário recapitular os acontecimentos que se seguiram imediatamente à rebelião de Dezembro de 1944. Após a derrota do movimento, milhares de membros da resistência esquerdista, comunistas e outros, foram presos por crimes que se dizia terem sido com-

tidos durante a guerra. Segundo o Ministro da Justiça de um dos governos post-1944, 80.000 ordens de prisão foram expedidas, e cerca de 3 a 4 mil sentenças de morte foram pronunciadas, todas elas relacionadas com esse caso.

— X —

Até fevereiro de 1948, contudo, muitas dessas sentenças não tinham sido cumpridas. Então, subitamente, começou uma série de execuções em massa de antigos membros da E. L. A. S., muitos dos quais tinham sido prisioneiros 3 anos antes, porque, durante a guerra, haviam morto colaboradores gregos.

Foi contra essas execuções tão fora de época que o jornal socialista "I Makhi" protestou. Fê-lo, baseado nas seguintes ponderações:

(Continúa na 4.a pag.)

A "Democracia" Grega

(Conclusão da 3.ª pag.)

1 — que a execução das sentenças de morte, três anos depois de seu pronunciamento e cinco anos depois da data presumível do crime, ofendia todos os sentimentos de justiça decência;

2 — Que as sentenças de morte foram pronunciadas em uma atmosfera anormal, de intensa agitação política criada pelos acontecimentos de dezembro de 1944, e que entre os condenados havia muitos que apenas tinham executado sentenças contra traidores confessos, sentenças essas pronunciadas pelas cortes marciais do exército grego de resistência, quando ele era reconhecido oficialmente pelos aliados;

3 — Que é totalmente indefensável a execução de pessoas que não tomaram parte na guerra civil ou em suas consequências;

4 — Que é totalmente indefensável a execução de qualquer membro da resistência, mesmo aqueles que se provou serem culpados, quando as sentenças de morte, (não muito numerosas) pronunciadas contra colaboracionistas foram perdoadas.

Esse é um resumo claro do artigo ofensivo. Evidentemente, nenhum regime que se proclame defensor da liberdade de imprensa pode considerar esse artigo criminoso. Contudo, logo após sua publicação, Carandjias foi preso como diretor responsável do "I Makhi". Seguindo as instruções do Partido Socialista, ele defendeu-se, atribuindo toda a responsabilidade das publicações políticas do "I Makhi" ao prof. Svoulos e a Dias Tsimirikos, presidente e secretário geral do Partido Socialista, respectivamente.

A Corte aceitou sua defesa e soltou-o, expedindo mandados de prisão contra Svoulos e Tsimirikos. Contudo, essas ordens nunca foram aplicadas, presumivelmente porque o governo grego temia que a prisão do presidente e do secretário geral do Partido So-

cialista — que é um membro ativo da COMISCO — não se pudesse efetuar sem causar um escândalo político internacional de primeira ordem.

Se a corte marcial de Atenas, perante a qual Carandjias deverá comparecer, não o soltar incondicionalmente, o escândalo não deixará de ser menor, mesmo não sendo ele uma figura proeminente como Svoulos e Tsimirikos. Para nós, esse é um processo não de pessoas, mas da liberdade de imprensa e do direito dos indivíduos e dos partidos falarem na defesa da decência humana.

(de TRIBUNE, 12 de agosto de 1949)

Relatório do comp. Antonio Candido sobre a situação internacional

(Conclusão da 1.ª pag.)

5. Mais do que isso, porém, resta-nos a possibilidade de escolher, dentre as atitudes partidadas dos dois blocos, aquelas que nos pareçam no momento representar uma vantagem qualquer para a democracia e a paz, e com elas colaborar. Assim, não há dúvida que devemos apoiar, no campo burguês, todas as medidas tendentes a garantir esse mínimo de liberdade política dentro do qual vivemos — liberdade de classe para classes, mas sem a qual nós poderíamos sequer manifestar o nosso pensamento abertamente, como agora o fazemos. E também indubitável, por outro lado, que num caso como o da guerra civil chinesa, as nossas simpatias vão para as tropas comunistas, que libertam o país de uma terrível camarilha de militares e financeiros corruptos, e o livram talvez dos famosos "senhores da guerra", uns e outros mantenedores da condição servil do camponês da China. Mesmo porque, é possível não apenas que o regime

de Mao-Tse Tung, apoiado na maior população do globo, em longos anos de luta e necessitando comerciar com o Ocidente, recuse a tutela moscovita, como também que, em contacto com os povos soviéticos da Ásia, mais afins dos chineses que dos russos, chegue a influir no sentido de um progresso socialista da URSS.

6. As considerações acima valem como tentativas de sugerir perspectivas de ação socialista no plano internacional, nesta conjuntura de poucas perspectivas imediatas para a liberdade e a justiça social.

Guerra à guerra, guerra ao totalitarismo e às ditaduras, guerra ao capitalismo burguês, guerra aos imperialismos — eis uma tarefa à altura dos nossos deveres para com o proletariado e a tradição humanística do socialismo, mantida em nosso tempo no mundo inteiro pelos agrupamentos quase sempre pequenos, como o nosso, que a ela se conservaram fiéis.

Objecções à tese do comp. Hermes Lima

(Conclusão da 3.ª pag.)

III — Bastante estranha é a defesa do comunismo e da política internacional russa feita pelo item 3 do relatório Hermes Lima. A política das potências ocidentais, no intervalo das duas grandes guerras, foi sem dúvida cínica e grosseira em face da Rússia. Isso nada tem de espantar, em se tratando de países capitalistas. Mas a política russa, principalmente a partir da guerra da Espanha, não foi menos criminosa, egoísta e oportunista. Será impossível

compreender a mais recente fase histórica, se nos guiarmos pelos "slogans" com que a diplomacia encobre o seu jogo. "Anti-comunismo" e "anti-fascismo", no quadro da luta de potências, foram a música com que as chancelarias trataram de divertir e desorientar as massas que necessitava mobilizar para a guerra. Há muito tempo que o que move a política das nações capitalistas do Ocidente contra a Rússia deixou de ser o fato de haver ali sido extinta a propriedade privada — para passar a ser o fato de que ali surgiu uma grande potência de ambições imperiais. E de seu lado, e concomitantemente, de há muito deixou a Rússia de guiar-se, em suas alianças ou inimizades, pela afinidade de regimes, para passar a considerar exclusivamente as conveniências, as vantagens ou os riscos que tal ou qual aproximação ou hostilidade pode representar para os seus próprios negócios. Exatamente isso é o que explica que a Inglaterra e os Estados Unidos tivessem animado Hitler em sua campanha anti-russa, e depois viessem a fazer uma aliança com a Rússia contra Hitler; exatamente isso é o que explica a campanha mundial de propaganda organizada pela Rússia contra o hitlerismo, e em seguida o pacto Hitler-Stalin, e depois, de novo, a aliança da Rússia com as democracias, para a luta contra a Alemanha.

IV — O que houve, pois, não foi que os ocidentais se convencessem de que o nazi-fascismo não constituía uma barreira contra o comunismo, e sim uma ameaça de dominação mundial; o que houve foi que na luta pela dominação mundial, em que se achavam empenhados o bloco fascista, como a Rússia, como os Estados Unidos, a certa altura estes dois últimos se aliaram para opor-se a um inimigo comum mais forte, como anteriormente cada um deles se havia aliado ao mesmo

inimigo de mais tarde, quando a conjuntura mundial era diversa.

V — Foi apenas o momentâneo equilíbrio de forças, assim, que determinou o tipo da coligação finalmente vitoriosa na última guerra. Para isso não contribuiu nenhuma descoberta tardia acerca dos reais desígnios da Alemanha. Aquele conflito poderia ter terminado, por igual, com uma aliança russo-germânica contra os Estados Unidos, ou germano-americana contra os russos, conforme um deles parecesse, a certa altura, mais perigoso aos dois outros. Isso mesmo explica que, apenas derrotado o inimigo, tornado comum pelo fato de ser isoladamente o mais forte — voltasse a surgir, no dia imediato, o antagonismo entre os aliados da véspera. Eles são, como eram, concorrentes na rapinagem econômica. Eles são, como eram, disputantes do domínio do mundo. O que ocorreu na guerra foi uma fase dessa luta.

VI — Assim, o que hoje há entre a Rússia e os Estados Unidos não são "desconfianças", acaso fundadas ou infundadas. O que há é um antagonismo real. Esse antagonismo, nada, ou muito pouco tem a ver com as diferenças "ideológicas" existentes entre um e outro. Essa incompatibilidade ideológica passou sempre para segundo plano, quando se colocava o problema da segurança. E também hoje ela pouco importaria, si um dos adversários não temesse sempre que o outro estravassasse os quadros nacionais, e viesse a ameaçar suas próprias posições.

Pela extensão e importância dos problemas que aborda, como pela grande distância que nos separa de suas afirmações, é-nos impossível analisar toda a tese do comp. Hermes Lima de uma só vez. Esperamos voltar ao assunto no próximo número desta FOLHA.

ARNALDO PEDROSO D'HORTA

III CONVENÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO

Por motivos de ordem técnica, o noticiário relativo à III Convenção Estadual de São Paulo, do Partido Socialista, somente será publicado em nosso número de 1.º de outubro.

A GREVE DO LEITE

(Conclusão da 1.ª pag.)

out", já não contra os trabalhadores mas contra todo o povo, contra a saúde e a vida das populações. A fome insatisfeita de lucro dos produtores virar-se-á submetendo o povo à fome de leite. A população em geral, (e é preciso salientar que também as crianças, os enfermos, as gestantes) não terá esse alimento essencial enquanto não for obrigada a pagar por ele o preço que o espírito de ganho dos produtores estipula. Que falte leite aos hospitais, às maternidades, às creches, aos orfanatos, a todos os lares, mas corra champagne nas mesas de todos os duvidiers.

Fato inédito é essa "greve" de um grupo de produtores, e justamente produtores de um gênero fundamental de alimentação do povo. Fato que revela, ostenta, grita a crescente insolência do poder econômico ante a submissão do poder do Estado. E que no caso apresenta um caráter de

insensibilidade inaudita, porque ameaça diretamente a saúde, a sobrevivência de milhares ou de milhões de pessoas.

O governo que herdou e explora eleitoralmente a demagogia "trabalhista" do Estado Novo, que ainda agora realiza um fastoso congresso "operário" num hotel de super-luxo, mantém-se tímido, inerte, quando não munificente, ante as exigências dos magnatas, cúmplice dos detentores do dinheiro e dos meios de produção nas manobras que agravação cada dia a miséria geral.

Há uma burocracia policial para proteger a economia popular, e que age com rigor contra pecados veniais de quitandeiros ou as escamoteações de algumas gramas de carne no balcão dos açougues. Os grandes crimes contra a economia popular, esses não apenas ficam impunes, mas são consumados com a conivência, quando não a chancela, do

governo. São os favores escandalosos à Light, os sucessivos aumentos dos preços da luz, do gás, da energia, das tarifas de transportes — inclusive em estradas oficiais como a Central do Brasil. E os "racionamentos" do consórcio canadense que são, antes, o próprio mercado negro... às claras, o mercado negro oficializado, legalizado: quem precisar de gastar mais, pode gastar; quanto mais, melhor para a Light: mas paga em dobro. E o aumento constante do custo de todos os gêneros e utilidades ao sabor dos caprichos e da ganância dos magnatas da indústria e dos "tubarões", da fauna voraz dos intermediários.

Energia tem tido, e muita, e demais, o governo na repressão das greves dos trabalhadores contra a fome dos seus lares, contra os salários de fome, reprimidas a bala, metralha, gás lacrimogênio, torturas na prisão e recruta-

mento de operários para o trabalho forçado, para a traição compulsória à sua própria causa.

Vamos ver como agirá o governo em face dessa inaudita "greve" de um setor capitalista — mais do que contra a bolsa — contra a saúde e a vida da população.

OSORIO BORBA

TRIBUNA DE DISCUSSÃO SOCIALISTA

O Partido Socialista e a situação nacional

O presente trabalho vale como contribuição a fixação de nossa linha política no plano nacional, servindo de subsídio aos debates travados na III Convenção Estadual de São Paulo, e aos que serão realizados na Convenção Nacional de outubro próximo.

I

O chamado "acórdão interpartidário", que o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Republicano firmaram, tendo em vista uma congregação de suas forças para, juntos, permitirem que o governo do presidente Dutra se desenvolvesse sem tropeços e a sua obra administrativa pudesse ser levada a cabo, revelou-se, objetivamente, como inoperante e prestando-se apenas a um predomínio maior do P. S. D., através da ação do presidente da República, sobre os partidos que até a data do "acórdão", pareciam estar na oposição.

A base do fracasso do "acórdão interpartidário" devem ser buscadas razões de divergências políticas e econômicas regionais, que lavram entre e dentro dos partidos da "entente", mais que propriamente ideológicas. Os partidos que dela fazem parte não se estruturam como organizações políticas nacionais, no sentido de que defendam, nacionalmente, determinados interesses econômico-políticos. O clássico antagonismo entre a burguesia rural e a burguesia urbana, longe de se concretizar nos dois tipos clássicos de partidos reflete-se, dadas as peculiaridades do desenvolvimento econômico do país, dentro desses três partidos acima referidos, assim como entre as divergências existentes entre as burguesias industriais das diferentes unidades da federação. O P. S. D., a U. D. N. e o P. R., longe de representarem, nacionalmente, a burguesia industrial conservadora, a ala liberal dessa e a aristocracia agrária, agrupadas na defesa de seus interesses de grupos, representam, através de suas seções estaduais, interesses que, no plano nacional, se hostilizam. Decorre daí, a impossibilidade total desses partidos efetivarem um plano de governo, já que seus representantes ao Parlamento Nacional, longe de seguirem um programa partidário, são obrigados, pelos compromissos assumidos junto às classes dominantes de seus Estados, a defenderem aqueles interesses regionais acima aludidos, em prejuízo de um programa nacional.

II

Apesar das condições acima apontadas — e que constituem a regra geral e a lei de existência desses partidos — é possível fazer-se, tendo-se em conta as suas atividades, uma diferenciação entre eles.

Inicialmente, o Partido Social Democrático, formado por aqueles que, até a décima hora estiveram ao lado do ditador, pode ser dado como o representante mais fiel da ala conservadora da burguesia nacional, na medida em que assume as atitudes mais reacionárias e presta-se a todos os jo-

gos capazes de fazer com que a burguesia volte a gozar a situação de desafogo de que desfrutava até 1945. É importante notar que todas as medidas coercitivas da liberdade, à exceção da lei de imprensa, foram apresentadas e defendidas ardentemente pelo PSD, tudo visando sufocar a democracia ainda nascente e fazer com que o país volte à ditadura.

A posição de prestígio e dominância que o P. S. D. tinha no início da vida democrática, saiu tremendamente reforçada pelo "acórdão", uma vez que, apoiado no presidente da República, permitiu-se os maiores desmandos nos estados onde tinha maioria e, naqueles onde essa preterência a seus adversários, procurou por todos os modos limitar-lhes o poder e influenciar os governos no sentido de sua política. O exemplo de Minas Gerais é típico. O governo do sr. Milton Campos que, até o "acórdão", revelara-se como um dos mais democráticos do país, aos poucos está perdendo esse caráter, vítima, sem dúvida alguma, das injunções a que se vê obrigado pela "entente".

III

A União Democrática Nacional e o Partido Republicano que, nos primórdios da democratização, mostravam-se ardorosos defensores da democracia, aos poucos foram abandonando essas posições pelas mais comodas de defesa da legalidade e aproximação do poder federal. Dois casos extremos, de suma importância para o futuro desenvolvimento da democracia no Brasil, evidenciaram a ausência de um programa desses partidos, e o abandono de sua posição democrática. Queremos referir-nos à cassação dos mandatos comunistas e à lei de segurança. Patenteando as divergências que lavram em seu seio, esses partidos abriram a questão a seus representantes, permitindo, mercê dessa atitude, mediata ou imediatamente, que o sistema democrático se desmoralizasse aos poucos e saísse reforçado o poderio do governo federal e da classe por ele representada.

Entretanto, a capitulação da U. D. N. aos chamamentos do poder, ainda não se verificou totalmente. A forte corrente radical existente em seu seio, representada sobretudo por José Américo, exerce como que uma ação de retardamento nesse processo de aproximação entre a UDN e o governo, visando impedir a desmoralização final do partido brigadeirista.

IV

Se de um lado as classes dominantes brasileiras mostram-se desunidas, por outro evidenciam uma poderosa união, sobretudo no que se refere ao cercamento que vêm opondo ao livre desenvolvimento do movimento operário. Compreendendo que o proletariado, em virtude de sua posição de classe assalariada, é a única que apresenta unidade de interesses nacionais, buscam elas impedir por todos os meios que esses interes-

ses se concretizem nacionalmente, já em partidos políticos operários poderosos, já em sindicatos nacionais autônomos e capazes de desenvolver uma firme política operária. Todas as medidas contra o movimento operário — restrição aos direitos operários fundamentais, fechamento do Partido Comunista, e a nascente reação contra o Partido Socialista — devem ser interpretadas à luz dessa observação. Na luta contra o movimento operário, a burguesia nacional esquece suas divergências internas e se une, destruindo, se necessário, a própria ordem democrática.

V

Na clássica apreciação das lutas sociais, veio se intrometer um novo fator que até mais ou menos 30 anos atrás não se havia esboçado, e que subverteu completamente a colocação da oposição: forças populares versus forças reacionárias. Queremos indicar com isso o aparecimento do fascismo, sob quaisquer formas e que, no caso particular do Brasil, assumiu, inicialmente, o caráter de uma ditadura paternalista, e mais tarde, com a vigência de uma relativa ordem democrática, cristalizou-se na figura de três homens que, por diferentes caminhos, e visando talvez fins diversos, representam, historicamente o mesmo fenômeno: Getúlio, Adhemar e Prestes.



Na apreciação do fenômeno fascista no Brasil, é preciso ter em conta que a consciência política do proletariado brasileiro, até 1930 ainda pequeno e politicamente menor, embora com uma vanguarda muito ativa formada de elementos anarquistas e comunistas, sofreu um súbito golpe com o processo de industrialização que teve início por aquela época. Esse processo, acenando às sofredoras massas rurais com a possibilidade de melhores condições de vida nas cidades, provocou um exodo de enormes massas rurais, no seio das quais se recrutou um proletariado de baixo nível técnico e menor consciência política. Desacostumado às lutas sociais que vinham sendo travadas há muito, e acostumando-se a receber todos os benefícios diretamente do Estado Paternalista, sem que fosse preciso nenhuma ação organizada de massas, esse proletariado nascente prestou-se maravilhosamente ao jogo do Estado Novo, e ainda é presa fácil de quantos demagogos lhe acenarem com a volta àquelas condições reinantes até 1945, quando em

troca de sua passividade a classe operária recebia as palavras amáveis do "pai dos pobres" e alguns favores demagógicos.

Ao lado da formação desse proletariado sem consciência e do aparecimento subsequente dos demagogos que iam explorar a tecla fascista da superação das lutas sociais pela conciliação das classes, verificou-se um processo de decomposição ideológica dos partidos que nos anos anteriores a 30 se diziam representar a classe operária. O mais evidente, foi o do Partido Comunista que, após o fracasso da tresloucada tentativa insurrecional de 1935, abandonou, em 1945, claramente a linha revolucionária que possuía no passado e entrou francamente no caminho do oportunismo político.

Mas, de modo algum, essa decomposição ideológica do PCB verificou-se em função da má orientação de seus líderes, como querem aqueles que formavam a ala "anticnopsista". Bem pelo contrário, ela representava o abandono, pela URSS e pelo comunismo internacional, de todos os princípios que tinham guiado a parte revolucionária do movimento operário, em 1917. Os comunistas brasileiros, quando se entregavam de mãos beijadas a Getúlio, em 1945, não faziam mais do que obedecer à orientação geral da política soviética, que era então, de colaboração entre todas as classes e de sufocamento de todo e qualquer movimento de conteúdo mais ou menos revolucionário.

Essa decomposição ideológica dos partidos operários tradicionais, ao lado do incremento da propaganda "populista" dos demagogos trabalhistas e ademaristas, serviu como poderoso fator de retardamento do processo normal de evolução política do proletariado brasileiro, já levando o descrédito a todo e qualquer movimento político consciente estruturado em torno de um programa definido, já prestando-se a uma sujeição da classe operária ao Estado e aos caudilhos que o dirigem no momento.

VI

O fenômeno da arregimentação de grandes massas operárias em torno de um "chefé" e de algumas palavras de ordem imediatas de cunho aparentemente revolucionário, sem a preocupação de sua objetividade e a perspectiva de um objetivo maior, característica dessa forma de fascismo longe de representar um processo no sentido do socialismo, resulta em seu contrário. Sem negar que essa arregimentação traz uma parcela de consciência ao movimento operário, na medida em que possibilita a compreensão de que a ação organizada de massas pode conquistar direitos até então sonçados, temos sempre em conta que a evolução da consciência de classe para nesse estágio, uma vez que a dinâmica desses movimentos tende à implantação de um regime politicamente totalitário — ou semi-ditatorial, como no caso da Argentina — e economicamente idêntico ao statu-quo anterior, eliminan-

do toda e qualquer possibilidade dessa conscientização atingir a compreensão do antagonismo fundamental entre proletários e burgueses e da sua superação pela maior politização do proletariado e a tomada do poder pelo partido operário.

VII

A rearticulação dos integralistas, que se vem processando agora já às escâncaras, é um problema que deve preocupar os socialistas. Na luta que o Partido Socialista deve travar pela conservação e ampliação das franquias democráticas, o crescimento desse partido constitui ameaça ponderável. Entretanto, dentro das condições atuais, o perigo representado pelo Partido de Representação Popular é bem menor do que pode parecer à primeira vista.

Constituindo obstáculo muito maior à realização das objetivos socialistas, existem no cenário político nacional o Partido Social Democrático e aquelas forças demagógicas caracterizadas nos dois itens anteriores. Aquele, poderosamente assentado sobre o poderio econômico da Federação das Indústrias e o político do presidente Dutra; essas, servindo-se de todos os processos de corrupção das massas, tendo em vista a desmoralização da Democracia e a criação de condições favoráveis à ascensão de um "caudilho" ao poder, constituem as mais poderosas ameaças à Democracia e ao Socialismo.

VIII

Essa análise, acrescida do fato de que o Partido Socialista, em virtude de seu programa, tem a possibilidade de transformar-se num partido verdadeiramente nacional, uma vez que ele interpreta fielmente os interesses históricos da classe operária, e também do fato de ter ele crescido na proporção em que sua política se afirma clara e sem nuances que o comprometam conduzindo a seguintes conclusões:

1. Intransigente opositor do regime capitalista e não apenas dos governos que o representam, a tarefa principal do Partido Socialista se apresenta como sendo a de fortalecer o regime democrático, pelo reforçamento de todos os movimentos que buscam esse mesmo objetivo. No terreno especificamente político, cabe ao Partido Socialista saber aproveitar-se das divergências existentes entre as forças burguesas, através de apoio crítico às suas alas liberais e radicais, visando sempre a conquista dos direitos operários fundamentais, sobre os quais se assenta, hoje como ontem, a possibilidade de um regime democrático forte e estável.
2. O caráter demagógico e fascista de que se revestem os movimentos getulista, ademarista e prestista, determina necessariamente, muito embora se assentem eles sobre massas populares, a oposição intransigente do Partido Socialista aos mesmos. Nesse sentido, qualquer aliança do Partido Socialista, em qualquer unidade da Federação — com elementos a eles pertencentes favorece o jogo das for-

(Continua na pág. 2).

O SIGNIFICADO DA CONVENÇÃO DE OUTUBRO

(Conclusão da 1.ª pag.)

na próxima guerra. A nosso ver — e mais de uma vez tivemos oportunidade de insistir sobre o fato — o dilema não existe para os socialistas. O nosso papel é evitar a guerra e não apressar o seu advento, tomando posição ao lado de um dos rivais ou possíveis futuros beligerantes. A apresentação do dilema já por si só denuncia a influência ideológica de um ou outro campo, e a necessidade de lutarmos por uma posição própria e independente.

A discussão do conceito de socialização, objeto de uma tese própria, tem importância maior do que a primeira vista pode parecer. Mais de uma vez e em mais de uma ocasião se tem dito e repetido que a divergência fundamental entre socialismo e comunismo se situa exclusivamente no terreno político.

No terreno econômico, as finalidades seriam as mesmas: abolição da propriedade privada dos meios de produção. A nosso ver, a divergência é simultaneamente de natureza política e econômica. A abolição da propriedade privada dos meios de produção, por si só não é suficiente para definir a natureza do regime econômico que advirá. Não há mais dúvida hoje, trinta anos depois da revolução russa, de que o regime comunista, mesmo no terreno econômico, em nada se parece com o socialismo. Assim, as divergências políticas, reconhecidas por todos, têm as suas raízes nas diferenças não menos profundas e mais básicas, de natureza econômica, ainda substituídas por muitos. O socialismo não seria uma simples combinação da economia soviética com a democracia política do ocidente. Não seria uma posição eclética ou conciliatória entre os dois sistemas existentes. Seria, econômica e politicamente, uma superação das limitações e deformações de ambos. De sua estrutura econômica, ainda própria e peculiar — a ser cuidada e precisada ainda em muitos pontos — decorrerá fatalmente um clima político adequado. Um e outro significarão, ao mesmo tempo, a superação do regime capitalista, baseado na exploração do homem pelo homem, e a continuação do processo de evolução da humanidade, na medida em que os germes econômicos e políticos

da sociedade do futuro nascerem e se desenvolvem no seio da sociedade atual.

Não menos importante será o debate em torno da situação nacional. Não se trata, naturalmente, de analisar apenas as intrigas e as marchas e entre-marchas dos diversos agrupamentos rotulados de partidos. Trata-se de por a nú os verdadeiros interesses que se escondem atrás deste jogo de cabra-céga, denunciá-los ao povo e trazer paralelamente as linhas gerais da política socialista. Deve-se destacar da maneira mais clara possível, o seguinte fato básico e fundamental: o Partido Socialista não é um partido de oposição ao governo, mas sim ao regime. Deste fato decorrem todos os outros. O Partido Socialista tem objetivos com-

pletamente diversos de todos os outros. O Partido Socialista encara as eleições de um modo particular — como processo de educação das massas e de aperfeiçoamento do regime democrático. O Partido Socialista não faz alianças com outros partidos visando a conquista de uma parcela do poder político. Só as faz e as fará, na medida em que forem impostas pela situação objetiva, na defesa das instituições democráticas e na luta contra um inimigo comum: o fascismo totalitário.

Outro assunto da maior relevância: a questão agrária. A Comissão Estadual de São Paulo vem já, há um ano, focalizando o problema. A questão agrária tem sido ponto da ordem do dia de todas as suas reuniões plenárias a par-

tir da Convenção de Campinas. Os documentos elaborados pelo comp. Fulvio Abramo; os valiosos subsídios do comp. Alvaro Gomes dos Reis, os debates travados e as discussões suscitadas tiveram, pelo menos, o mérito de chamar a atenção dos militantes socialistas para a gravidade da situação no campo e para a importância da questão para o movimento socialista. Mais de um de nós está plenamente convencido de que a situação no campo é o ponto mais fraco do regime vigente. Sente-se que a burguesia mostra-se mais incapaz de resolver esse problema do que qualquer outro. Estamos convencidos de que no campo se encontram poderosos elementos a serem mobilizados pelo Partido Socialista para a luta pela

transformação do atual regime.

Esse conhecimento e essa convicção devem ultrapassar as fronteiras da secção do Partido Socialista em São Paulo. Devem ser incorporadas ao acervo do Partido em escala nacional e devem se transformar em elementos valiosos para a organização das massas em todos os recantos do país.

A próxima Convenção Nacional saberá, sem dúvida alguma, desincumbir-se dessas e das outras tarefas. O Partido Socialista emergirá dos debates e das discussões mais homogêneo, ideologicamente mais maduro e mais consciente da tarefa histórica que lhe cabe desempenhar no panorama político brasileiro.

FEBUS GIKOVATE

O Socialismo...

(Conclusão da 2.ª pag.)

cargos de direção, que em vez de partir do "Movimento Crítico", as críticas à atuação da direção surgem da realidade dos fatos, que se traduz na longa cadeia de insucessos que o partido tem colecionado nestes dois últimos anos. É certo que há dois ou três anos, nenhum comunista teria nem ao menos sonhado em tomar a iniciativa de criar um "Movimento" para discutir a política da direção, mesmo que tivesse sido possível e profícuo discutir livremente, no interior do partido).

(De "Itália Livre", de Buenos Aires Maio de 1949).

Nota da Redação de "Folha Socialista"

— Divulgamos o documento acima como uma valiosa informação a respeito da vida interna nos partidos comunistas. O problema existente no P. C. Italiano é o mesmo que surge nos partidos comunistas de todos os países — inclusive no Brasil. Ele potencia o tipo de organização totalitária constituído pelo comunismo dos dias de hoje. A mesma ditadura que os chefes iluminados impõem aos aderentes do partido, acabam impondo, em escala maior, nos países em que ascendem ao governo. Por isso dizemos que sem liberdade não há socialismo. Esperamos que este documento possa ser útil aos nossos militantes, em suas discussões com os operários filiados ao partido comunista.

A FARSA DO DESCANSO...

(Conclusão da 1.ª pag.)

o trabalhador descança à custa de si mesmo, isto é, ele mesmo pagando o seu descanso, não foi satisfeita pela lei nem pela regulamentação a reivindicação social das classes trabalhadoras.

Assim, pelo mesmo exemplo, o patrão calculará a nova diária dividindo Cr\$ 2.500,00 por 30 dias, encontrando a diária de Cr\$ 83,40. Ao em vez de Cr\$ 100,00 pelo seu trabalho diário, o trabalhador receberá Cr\$ 83,40 para ter direito a descansar — "ganhando" o domingo. A diferença de Cr\$ 16,40 ficará no cofre do patrão para pagamento do repouso semanal.

Eis como o trabalhador brasileiro foi vítima de um "conto do vigário" com a lei do repouso semanal remunerado!!!

UM OPERÁRIO

A greve é um direito e não um crime

(Conclusão da 1.ª pag.)

Como acabou de assinalar no seu aparte o nobre deputado sr. Nelson Carneiro, a greve, no país, é oficialmente considerada como um pecado mortal contra as instituições, contra a ordem, contra a tranquilidade.

Mas, porventura, não está o direito de greve assegurado na Constituição? Porventura, sr. presidente, o exercício do direito de greve pode, só por si, colocar em perigo imediato e mortal toda a estrutura política e econômica de um país? De modo algum. A não ser que a estrutura política e econômica desse país se encontre apenas escorada por alguns apoios que não poderão resistir ao primeiro piparote que se lhe der.

Vemos, por exemplo, que nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Itália, nos países escandinavos, ainda há pouco na Grã-Bretanha, ainda agora na Finlândia, os operários se declaram em greve, os operários se reúnem para fazer suas reivindicações. O governo, naturalmente, não cruza os braços, mas o governo não toma nunca, nesses países de organização democrática o iniciativa de insurgir-se contra a greve em si mesma, contra o direito de greve em si mesmo. O governo procura encaminhar os acontecimentos políticos e sociais, inclusive a própria compreensão dos operários para os problemas que se defrontam. Mas em nenhum desses países, sr. presidente, ocorre a um desses governos partir do princípio de que a greve é um crime. Mas, praticamente, é isto que está sucedendo no Brasil.

Ninguém fará greve neste país, apesar da Constituição assegurar esse direito, sem que seja logo, imediatamente, entregue aos cuidados "cirúrgicos" da Polícia Especial. O remédio contra a greve é a força: o remédio contra a greve é a violência. Estamos, por conseguinte, num país que deseja combater o comunismo pelos métodos empregados pelo comunismo, pela violência.

O direito de greve, consagrado na Constituição, tem sido, até agora, sistematicamente negado no seu exercício pelo governo.

O CASO DO "CORTUME CARIOCA"

O caso do Cortume Carioca é um exemplo prático do que estou afirmando. Vv. excícos, podem calcular que dois mil operários de uma indústria insalubre devem encontrar algum motivo para fazerem reivindicações acerca dos seus salários. Ou poderemos nós pensar que esses operários só foram à greve instigados por elementos que tentam subverter a ordem pública? Não. Deve haver algum motivo mais profundo, deve haver algum motivo ligado às necessidades da vida, para que esses operários, depois de dois anos de reclamações constantes à direção da empresa, se tenham mobilizado para entrarem numa greve pacífica.

Mas é muito interessante que a polícia pense que está defendendo a ordem, obrigando os operários a trabalharem pelo salário que os patrões querem pagar. Não é isso, positivamente, a função da polícia num Estado democrático. Essa função é a de assegurar a ordem, mas a polícia não pode colocar a sua força a serviço dos patrões, para que estes paguem os salários que quiserem. Isso ela não pode fazer porque não será uma polícia do Estado, mas a polícia do patronato, pois ela não é a polícia do poder público mas a polícia do poder econômico, que junte o poder político nas garras do seu predomínio.

ESTADO POLICIAL E DE CLASSE

Não. O Estado não pode atuar como um Estado policial e de classe. Basta que ele seja econômico, e de classe: mas policial e de classe é demais.

Não poderá ele de modo nenhum, sr. presidente, colocar a polícia a serviço de patrões que, com os operários na ante-câmara dos seus gabinetes, como aconteceu no Cortume Carioca, os quais esperavam a resposta dos proprietários da empresa, que depois de ouvir esses operários lhes declaram — bem, vocês esperam aí um instante, que nós vamos deliberar. Entraram os donos da empresa e deliberaram. E qual foi a deliberação que ocorreu a esses magnatas da indústria do cortume?

A deliberação que lhes ocorreu foi telefonar para a polícia, que logo mobilizou uma brigada do choque que, em chegando à fábrica, sem nada perguntar, sem nada inquirir, sem nada indagar, começou a espancar, a ferir, inundando o medo e o pânico no bairro em que a fábrica está colocada, dizendo e avisando que todas as portas fossem cerradas, assim das casas comerciais, como das casas particulares.

Sr. presidente, não é este o método inteligente de tratar com problemas sociais. O dever de qualquer homem e de qualquer governo, sobretudo de um governo, é ser inteligente, antes de ser violento. Ser violento pode ser mais fácil do que ser inteligente, mas o esforço de ser inteligente; mas o esforço de bem compensado.

Apelo para o governo, apelo para as autoridades, apelo para o presidente da República, no sentido de que restauro no país o direito de greve.

A greve não é problema policial. O que pode ser problema policial, no greve, é não deixar que esta chegue a excessos, que ela comprometa a propriedade dos patrões, é evitar que chegue a cometer excessos que na própria destruição se concretizam. Isto, o problema policial na greve. Mas homens pacificamente organizados pela totalidade do conjunto operário de que fazem parte, se levantarem em greves, em protestos contra a recusa de se considerar o problema dos seus salários — este não é e não pode ser problema policial. Desde que esse problema seja limitado, restrito à categoria de policial, quem está perdendo é o governo na sua autoridade, na sua popularidade e no respeito com que trata a aplicação da Carta Política do País.

O bom socialista é amante da verdade e jamais a desfigura a fim de ocultar seus erros; reconhece-os, declara-os e retifica-os.

O bom socialista não é versátil, mas consequente, porque antes de realizar seus atos medita e reflete sobre eles.

Alcançou pleno êxito a II Convenção de Minas Gerais

Realizou-se nos dias 27 e 28 de agosto último, em Belo Horizonte e Nova Lima, a II Convenção Estadual do Partido Socialista Brasileiro, secção de Minas Gerais. A Convenção foi instalada no dia 27, sábado, à tarde, na sede do Partido, à rua Epitácio Pessoa 605, em Belo Horizonte. Achavam-se presentes representantes de três municípios mineiros, além dos membros da Comissão Estadual. Número reduzido de membros, mas companheiros animados e esclarecidos. Sob a presidência do companheiro Bernardino de Lima e tendo como secretário o companheiro Fernando Corrêa, a mesa que presidiu à Convenção deu início aos trabalhos. Achavam-se presentes mais o deputado socialista Hermes Lima e o companheiro Antonio Costa Corrêa, executando a Comissão Executiva Estadual de São Paulo, que fôra convidada para assistir aos trabalhos da Convenção. O companheiro Suarez Penido apresentou moção denunciando a rearticulação do integralismo e ao mesmo tempo as manobras provocadoras dos comunistas. Houve debates em torno do assunto, sendo resolvido, afinal, que a redação da moção contra o integralismo fosse feita, ficando a definição da posição dos socialistas mineiros, em face das atividades dos comunistas, em forma de tese a ser debatida e aprovada, como ponto de vista da secção mineira do Partido, a ser levado à próxima Convenção Nacional, em outubro próximo. Passou-se, a seguir, à discussão da situação política no Estado. Falaram vários dos companheiros presentes, todos eles manifestando a opinião de que houvera um retrocesso acentuado no ambiente de segurança e garantia às liberdades democráticas fundamentais, que se observara logo após a eleição do sr. Milton Campos. Todos atribuíam esse retrocesso ao acôrdo realizado entre a U. D. N. e o P. S. D., que teve como resultado a submissão do governo mineiro à orientação do Governo Federal. Foram apontados vários episódios de repressão policial contra operários grevistas, em Nova Lima, Raposos, Lafayette, Sabará e outros centros industriais, sem que o governo do Sr. Milton Campos desse demonstração

de haver desaprovado os atos de terror policial. Após os debates, resolveu-se redigir uma moção denunciando tais atos de terror policial e as vacilações do chefe do governo mineiro, sr. Milton Campos, que se mostra incapaz de resistir à pressão reacionária exercida pelas classes dominantes e respectivos grupos políticos. Na sessão da noite foi discutido o texto da moção, na base de um projeto redigido pelo companheiro Hermes Lima.

No dia imediato, domingo, os trabalhos da Convenção tiveram prosseguimento na cidade de Nova Lima, próxima a Belo Horizonte. À tarde realizou-se uma sessão, com a presença de representantes do Partido em Nova Lima e Raposos, dois centros de

mineração, onde já há organizações socialistas estruturadas. Os trabalhos constaram da leitura e aprovação final das moções redigidas, relatório do presidente da Comissão Estadual, companheiro Bernardino de Lima, relatório do vereador socialista de Nova Lima, companheiro Wilson Vidigal, eleição da nova Comissão Estadual e eleição dos delegados que representarão o Estado de Minas, na próxima Convenção Nacional, em número de seis. À noite realizou-se a sessão de encerramento, com uma palestra proferida pelo companheiro Hermes Lima, em salão de um clube local. Muito embora a assistência fosse reduzida, devido à falta de propaganda da reunião e confusão no horário, pois só à última hora

se conseguiu salão para realizar a sessão noturna, a palestra do companheiro Hermes Lima foi ouvida atentamente por um grupo de trabalhadores da mina de Morro Velho que ali compareceu.

Muito embora o Partido em Minas Gerais seja ainda fraco, dispondo de poucos militantes bem desenvolvidos politicamente e combativos, a Convenção Estadual serviu como um bom estímulo, abrindo novas perspectivas de desenvolvimento para a organização partidária. Os membros da Nova Comissão Estadual, todos jovens e demonstrando entusiasmo pelo trabalho partidário, parecem dispostos a levar avante a organização do Partido, especialmente nos grandes centros operários

do Estado, onde há boas perspectivas nesse sentido.

Nova Comissão Estadual de Minas Gerais

É a seguinte a Comissão Executiva Estadual de Minas Gerais, eleita no dia 28 de agosto último: Presidente — Bernardino Machado de Lima; secretário geral — Roberto Gusmão; secretário — Fernando Corrêa; tesoureiro — Aluisio Nunes; secretário de finanças — Vicente Paiva Martins; secretário de propaganda — Suarez Penido; secretário sindical — João Ferreira Dias; secretário de arrecadação — Nicolau Tolentino; secretário de assistência e educação — Enir Arcieri.

Nova Lima - Símbolo de um Regime Opressor

(Continúa na 8.a pag.)

tar suas famílias com os míngados proventos que paga a Caixa de Aposentadoria e Pensões. Os trabalhos mais pesados são melhor remunerados (o dos perfuradores, por exemplo), atingindo a média de três mil cruzeiros, que representa quantia elevada, em relação ao nível muito baixo dos salários, que, em média, não chegam a mil cruzeiros. Por isso, os operários ocupados nesses serviços, muito embora conscientes de que morrerão em pouco tempo, sujeitam-se ao trabalho, preferindo aquele suicídio lento, em lugar da aposentadoria que lhes garante apenas dez por cento do salário, em média.

O número de acidentes na mina também é grande. De vez em quando a bróca de perfuração bate num pedaço de cartucho de dinamite que ficara encravado na pedra, sem explodir, e o resultado é a morte de vários operários. Há também acidentes provocados pelas emanções de um gás ácido, que se encontra, por vezes, nas grandes profundidades da mina. Quando os perfuradores toparam com uma "panela de gás", como chamam, morrem queimados horrivelmente, pela emanção brusca do gás concentrado (ao que parece, ácido sulfúrico, sob forma gasosa, em alta concentração). Este perigo é tão temido que, há algum tempo, a direção da mina resolvera abandonar os túneis em que se verificavam essas emanções de gás. Mas, acontece que, justamente onde há emanções de gás é que os veloz arifereiros são mais ricos, fazendo a produção da mina aumentar de 30 ou 40 por cento. Por isso, ultimamente a direção da mina ordenou que se prosseguisse nas perfurações de um túnel que fôra abandonado, devido aos acidentes provocados pelas "panelas de gás".

Como se vê, o ouro que sai das entranhas da terra minei-

ra, a dois passos da bela cidade que é Belo Horizonte, e que mantém a boa vida de alguns bebedores de whisky, em terras distantes, custa muito sangue à população operária de Nova Lima.

O MOVIMENTO POLITICO

Diante da potência econômica que é a Cia. Morro Velho, os trabalhadores da mina encontram-se hoje praticamente desarmados e sem força. A pressão de todo o aparelho estatal, colocado ao serviço dos poderosos patrões, sobre os trabalhadores, é uma coisa que salta aos olhos de qualquer observador.

Nova Lima, como centro de mineração dos mais antigos existentes no país (a mina de Morro Velho tem quase cem anos), possui uma população de tradição proletária, com o espírito associativo próprio da classe operária, que é disciplinada para a vida coletiva pelas próprias condições do trabalho. Quando surgiram os partidos políticos, após a desagregação da ditadura, grande número de mineiros foi para o Partido Comunista, único partido que se apresentava com aparência revolucionária, captando as simpatias dos operários mais corajosos e combativos. Muitos outros operários foram para o Partido Trabalhista, iludidos pela demagogia getulista. Os partidos políticos da burguesia não conseguiram firmar pé na cidade. O Partido Socialista, desconhecido a princípio, não dispôs de um "chefe" que fosse conhecido no meio operário, só agora é que começa a conquistar posições.

O SINDICATO OPERARIO

O sindicato local possuía uma diretoria influenciada pelos comunistas, que eram os elementos mais organizados e combativos atuantes entre os operários da mina. Mas, há

mais ou menos dois anos, foi levado à presidência um verdadeiro líder sindical, um mineiro de nome Geraldo, que não é comunista e, por isso mesmo, foi capaz de imprimir ao sindicato uma orientação correta, objetiva, de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores, sem preocupações de natureza político-partidária. O sindicato, assim, começou a agir, coerentemente. Reuniu-se uma assembléia com mais de 3.000 mineiros, para instauração de um dissídio coletivo. Foram apresentadas reivindicações à direção da Cia. Morro Velho. Mas esta logo pôs em ação a sua "influência". O mineiro Geraldo, presidente do sindicato, foi "advertido" pela Delegacia Regional do Trabalho e, afinal, como não se submetesse ao Ministério do Trabalho e à sua orientação patronal, foi deposto. O ministro Morvan Figueiredo decretou a intervenção no sindicato, designando uma junta governativa de "pelegos" completamente servís para com os patrões da Cia. Morro Velho.

Recentemente foram dispensados cincoenta e um operários da mina, escolhidos entre os mais endrôgicos e combativos, todos eles acusados de "sabotagem". Os mineiros dispensados, com suas famílias ameaçadas de fome, fizeram uma passeata, em Belo Horizonte, dirigindo-se ao governador Milton Campos. Este, com o espírito de liberal timorato que o caracteriza, permitiu a passeata, ouviu as queixas dos mineiros, prometeu fazer alguma coisa. Mas tudo ficou do mesmo jeito. Nem é preciso dizer que a diretoria dos "pelegos" do sindicato, está contra os operários dispensados. E já se fala, na cidade, que se a Cia. Morro Velho ganhar a questão trabalhista iniciada pelos operários, serão dispensados outros trezentos mineiros que estão na lista negra, como "vermelhos".

A TAREFA SOCIALISTA

Quando deixamos a cidade, já noite alta, de volta para Belo Horizonte, eu e mais sete membros do Partido Socialista, que havíamos ido ali, para o encerramento da Segunda Convenção Estadual do Partido, iam comentando a miséria e a desumanidade do regime capitalista, que esmaga tantos séculos humanos para dar a alguns poucos privilégios toda a sorte de gôso que se pode ambicionar. A brutalidade do capitalismo, com toda a sua côrte de misérias, ali, em Nova Lima, está posta a nu, a gente a vê e sente como mão de ferro na garganta de cada habitante da cidade.

E observamos as enormes cruzes luminosas que os padres da região fizeram erguer sobre os mortos mais altos que dominam a cidade de mineiros, para espantar o diabo comunista, projetando sobre o local um aspecto de cemitério. E pensávamos todos nós como é gigantesca a tarefa que o socialismo deverá realizar, transformando redutos de opressão e morte como aquele, em centros produtores de riqueza, bem estar e liberdade para os que ali trabalham, heróicos mineiros que vão ao fundo da terra buscar o ouro que a natureza hoje oferece para gozo de alguns poucos potentados.

A. COSTA CORRÊA

INAUGURADA A NOVA SEDE DO P. S. B. NO RIO

Com uma solenidade à qual compareceram representantes de outros partidos, o PSB inaugurou no Rio sua sede própria, instalada à Avenida Rio Branco, 173, tendo o comp. Domingos Velasco pronunciado um discurso alusivo à festa. Ao mesmo tempo o PSB comemorou o terceiro aniversário do lançamento do seu manifesto inicial, estando sua sede repleta de membros do partido, jornalistas e representantes dos demais partidos.

Nova Lima - Símbolo de um Regime Opressor

Sáimos de Belo Horizonte à uma e meia, num "lotação", após o almoço, e pouco depois das duas horas estávamos chegando a Nova Lima, um dos grandes centros de mineração do Estado de Minas. Quando iam chegando à pequena cidade de mineiros, vendo o seu casário esparramado pelos morros, debruçado sobre as instalações da Cia. Morro Velho, tivemos logo a impressão de um lugar ideal para o florescimento de uma comuna socialista, com uma população operária vivendo das atividades da grande empresa industrial que domina a cidade. E pensamos como seria diferente a situação daqueles operários e suas famílias se, em lugar de escravos da Mina de Morro Velho, fossem senhores dela, se o ouro que sai das entranhas da terra, em lugar de fonte de opressão, se convertesse em instrumento de liberdade e abundância para os milhares de homens, mulheres e crianças que ali vivem.

Nova Lima é um feudo da Cia. Morro Velho, poderosa empresa de capitais canadenses, ingleses e americanos. Todos os habitantes da cidade, em número de 30 mil, mais ou menos, vivem em função da mina. Todos os homens válidos são empregados da mina, com exceção de uns poucos que vivem do comércio, dos vários ofícios da construção civil, ou aposentados. No local não há outra empresa, a não ser duas fabricinhas sem importância. A Cia. Morro Velho é senhora absoluta da praça. Os terrenos da cidade são quase todos de sua propriedade. As casas onde moram os trabalhadores também e são. O comércio local é do-

minado pela Cia. que a tudo está presente. O número de empregados da mina é de cerca de sete mil e a vida deles e de suas famílias, no trabalho e fora dele, gira em torno do patrão todo poderoso.

As autoridades locais, evidentemente, são subservientes para com os poderosos donos da cidade. O juiz de Direito e o delegado de polícia residem em casas de propriedade da Cia. Morro Velho. Mantêm relações cordiais com os dirigentes da empresa que, de vez em quando, lhes oferecem um almoço amistoso, regado a bom vinho. E assim se mantém a paz social local.

Apesar de tudo, no domingo em que ali estivemos, a cidade tinha um aspecto agradável, alegre, festivo. Há nu-

meros clubes, frequentados pelos jovens, demonstrando um bom desenvolvimento do espírito associativo da população. No largo da Matriz, onde há uns seis meses atrás foi morto um vereador comunista, por populares enfurecidos, ao que parece açulados por gente da Cia. Morro Velho, havia intenso movimento, de gente passeando e se divertindo. Mas já às 9 e meia estava tudo deserto, porque o dia seguinte era segunda-feira, dia de pegar no pesado, no trabalho da mina.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As condições de trabalho na mina, para os que trabalham no sub-solo, são duras, difíceis de suportar. Os tu-

neis da mina têm, atualmente, mais de 2.000 metros de profundidade e mais de dez quilômetros de extensão. Os mineiros gastam uma hora de transporte, debaixo da terra, para chegar até o local de trabalho e outra hora para voltar. A temperatura, lá embaixo, é, segundo contam eles, infernal, mesmo para quem já está acostumado. No trabalho de perfuração, que ocupa um grande número de operários, a poeira que se desprende é intensa, tornando o ambiente insuportável para quem não se tenha habituado a esse serviço. Até há pouco tempo a Cia. adotava um sistema de brocas munidas de jactos d'água, o que evitava o desprendimento do pó, mas ultimamente passou

a adotar brocas "secas", que dão um rendimento três vezes superior mas rebatem os pulmões dos operários perfuradores, devido ao abundante desprendimento de pó.

MIL APOSENTADORIAS ANUAIS

A porcentagem de trabalhadores que são inutilizados pelo trabalho da mina é muito alta. Os que trabalham no subsolo, em pouco tempo são atacados de silicose (depósito de pó de pedra nos pulmões). As aposentadorias, segundo nos inquiriram, atingem cifras espatossas, chegando à média de vinte ou trinta por semana, o que representa mais de mil por ano. Os operários que trabalham no subsolo sabem que fatalmente serão atacados pela silicose, especialmente os que trabalham com as brocas de perfuração da pedra. Mas sujeitam-se ao trabalho porque é seu único meio de viver. Contou-nos um mineiro aposentado por silicose pulmonar, nosso companheiro de partido, que no fundo da mina trabalham muitos homens, doentes de silicose em grau avançado, que se recusam a requerer aposentadoria porque não poderiam susten-

(Continúa na 7.a pag.)

Arbitrariedade Policial contra Socialistas

A polícia política paulista vem de cometer mais uma arbitrariedade contra os militantes socialistas, ao deter, em Franca, o comp. Olayr de Oliveira, presidente da C. M. do Partido Socialista naquela cidade, juntamente com dois outros companheiros nossos. O motivo alegado pela polícia política do governador Adhemar de Barros, foi que nossos companheiros eram "comunistas", uma vez que estavam presentes a um comício pró-paz.

Na realidade, tal fato é apenas uma mentira deslavada com que a polícia procura justificar seu ato arbitrário e ilegal. Nossos companheiros socialistas de Franca estavam, apenas, assistindo, por curiosidade, ao desenrolar daquela concentração que não chegou a realizar-se em virtude da intervenção policial. Outro intuito não os movia, pois, é conhecida a posição do Partido Socialista, em São Paulo, contrária a esses movimentos em tudo estranhos aos verda-

deiros interesses do proletariado e do socialismo.

Mais uma vez, levantamos aqui nosso protesto contra essa medida policial.



Vamos trabalhar Senhores Vereadores

Talvez seja ridícula a pergunta: — Que fazem os vereadores dos partidos conservadores na Câmara Municipal? Discutem política? Por isso, os serviços públicos em nossa cidade se ressentem especialmente da falta de organização.

Por exemplo, o transporte coletivo. A famigerada C. M. T. C. pouco liga aos in-

teresses públicos, fazendo com que seus veículos, entregues a pessoal ineficiente, trafeguem a seu "bel prazer". E os prejuízos com tal estado de coisas, são incalculáveis!

A gratina pode perder a hora do chá, porém o trabalhador não pode perder a hora do serviço. E justamente o trabalhador da indústria, o empregado do comércio, o pequeno funcionário público é que são sacrificados, simplesmente porque falta competência e dignidade aos responsáveis pelos serviços da C. M. T. C.

E' comum, pertencendo já à paisagem da cidade, debaixo do sol causticante ou sob a chuva implacável, filas de centenas de pessoas de todas as idades a espera de um ôni-bus, ou pacientemente aguardando um arcaico bonde. Até quando permanecerá tal estado de coisas? Até o dia em que o país procurar um regime que se adapte com a realidade. Esse regime, é o socialismo.

O fracasso dos serviços públicos nos mostra que o atual regime de governo, agoniza. Enquanto verdadeiros técnicos de valor incontestável, estão por aí, os afilhadinhos, sem

(Continúa na 2.a pag.)

A Lei de Imprensa é uma ameaça à Liberdade

A propósito da Lei de Imprensa, ora em trânsito no Senado Federal, a reportagem dos jornais ouviu o companheiro José Freitas Nobre, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que declarou o seguinte:

CLIMA DE TERROR E DE AMEAÇAS

— "Estamos às vésperas da promulgação de uma série de leis de repressão à própria liberdade de pensamento e crítica. Assim, não tardará a nova Lei de Segurança, que a nós mais parece "Lei de insegurança" e ainda, a chamada lei do "impeachment" que, à guisa de responsabilizar os chefes dos executivos, poderá permitir uma classe de repressão que a Carta Magna não autoriza.

A própria Lei de Imprensa é um desses manstros, de tortuosa origem que representa, ao mesmo tempo, uma ameaça e uma advertência aos homens de pensamento do Brasil.

Isso não quer dizer que sejamos contra uma Lei de Imprensa. Pelo contrário.

O que não queremos admitir é o excesso de determinados artigos da Lei, que criam um clima de terror e de ameaças para os que trabalham na imprensa falada e escrita.

ARBITRARIEDADE CONVERTIDA EM LEI

E' bem verdade que o projeto inicial era pior que o atual. Algumas arestas já foram aparadas, alguns artigos substituídos, alguns itens desapareceram, mas, muitos deles permanecem no projeto que o Senado irá votar dentro de poucos dias.

Um exemplo bastaria para sintetizar as falhas, os excessos e a arbitrariedade que se vai converter em lei: a responsabilização da autoria de escritos aos próprios vendedores e distribuidores de jornais, homens muitas vezes analfabetos e que, por isso mesmo, são incapazes de discernir entre a publicação honesta e a desonesta, entre a crítica e a notícia.

Mas, assim é a lei. Por outro lado, aos "frequentadores" das seções livres dos jornais montem a Lei o direito de injuriar, caluniar e difamar com os mesmos regulamentos que exercem, efetivamente, a profissão.

O que caracteriza o crime de imprensa, é a qualidade do agente e o local em que o mesmo é praticado assim como o "crime militar" é caracterizado por esses dois aspectos. Não pode, por conseguinte, terceira pessoa, estranha à classe, ser responsabilizada como jornalista, se publicou, como matéria paga, nas seções livres dos jornais qualquer informação, acusação, injúria, etc.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, está em contacto com os colegas da bancada de imprensa no Senado, dando a sua contribuição no sentido de possibilitar maior liberalidade à lei que a Câmara Alta vai votar dentro de alguns dias".

CHURCHILL FAZ DEMAGOGIA

Churchill, representante do Partido Conservador Britânico, não passa ultimamente de um demagogo.

Nos tempos da guerra Churchill foi um grande instrumento na luta pela independência da Grã-Bretanha e dos demais povos do mundo. Entretanto, em tempos de paz ele tem sido o mais reacionário dos homens ricos do grande Império Inglês.

A sua luta contra o socialismo na Inglaterra demonstra não ser ele o amigo da liberdade humana, e nem tão pouco dos direitos do homem, que, no período de guerra, tanto apregoava.

O chefe conservador Churchill procura, por todos os meios, empanar o surto de progresso e emancipação econômica da Inglaterra de hoje. O governo socialista de Atlee

é uma demonstração de heroísmo de um povo que não quer voltar mais ao regime dos ricos, dos conservadores reacionários britânicos, dos quais Churchill é representante fiel.

A Grã-Bretanha marchará na luta pelo socialismo democrático, como afirma o primeiro ministro Atlee. E' isto, justamente, que o maior adversário do governo inglês teme. Nada o demove de seus notáveis propósitos de luta por uma política de igualdade social, sob a bandeira do socialismo democrático.

Enquanto o governo inglês procura resolver os problemas econômicos de seu país, Churchill faz demagogia política, para conquistar cartaz no exterior.

(Da "Gazeta Socialista", de Aracajú)